DJACIR MENEZES — *Direito Administrativo Moderno* — A. Coelho Branco F.^o, editor — Rio — 1943 — 275 páginas.

Esta obra compendia as aulas ministradas pelo Prof. DJACIR MENEZES, em 1942, na IV Seção dos Cursos de Administração do Departamento Administrativo do Serviço Público. Pelas próprias limitações do fim que tinham em mira, estas lições sumariam um extenso material, que é examinado nos seus aspectos fundamentais e mais salientes, ficando por vezes apenas enunciadas certas questões de natureza controvertida, cujo tratamento adequado exigiria trabalho mais detalhado.

Outro traço a notar, dentre as características gerais do livro, é que ele foi escrito tendo em vista principalmente o direito positivo brasileiro. Destinando-se ao aperfeiçoamento de servidores públicos, era natural que as questões de pura doutrina fôsem dosadas na medida apenas necessária ao entendimento e sistematização das normas jurídicas em vigor. Essa orientação está expressa no sub-título da obra: "Os princípios estruturais do Estado Nacional na administração pública".

Por outro lado, o autor insiste em observações de caráter sociológico, como instrumento indispensável para compreensão, explicação e julgamento do fenômeno jurídico; e o fenômeno jurídico, por sua vez, dada a interpenetração dos fenômenos sociais, é um dado sociológico fundamental: "O Direito é um sistema de normas, mas normas que regulam situações reais dentro do quadro social, onde a vida flui em fenomenologia sutil e complexa. O regimento não é algo separável da realidade social senão pela abstração, porque as próprias regras são elaboradas na vida comum, aperfeiçoam-se por um processo cultural, e os órgãos de edição do direito são, por sua vez, ligados aos demais processos sociais" (pág. 30).

Estas observações explicam, ao nosso ver, a escolha do método de trabalho adotado: exame do direito positivo e dos fatos sociais e econômicos, de preferência à discussão de doutrinas. Quanto à maior ou menor exatidão da observação sociológica, isto é matéria que escapa aos limites desta ligeira nota de registro. Não faltam, porém, ao autor as qualidades de cultura, inteligência e agudeza que proclamam todos quantos o conhecem ou já leram alguns dos seus trabalhos.

Aliás, o Prof. DJACIR MENEZES não é um espírito dedicado somente ao estudo do direito. Sua atividade intelectual desdobra-se por diversos campos do conhecimento. É professor de Introdução à Ciência do Direito na Faculdade do Ceará e de Economia Política e Histórica das Doutrinas Econômicas na Faculdade Nacional de Filosofia, além de já ter lecionado e ainda lecionar outras disciplinas em diversos estabelecimentos de ensino. Na lista de suas principais obras encontramos os seguintes livros, além do que faz objeto desta nota: *Economia Política* (1936), *Introdução à Ciência do Direito* (2.^a ed., 1938), *Princípios de Sociologia* (2.^a ed., 1944), *Psicologia* (3.^a ed., 1943) e *Pedagogia* (1935). É essencialmente professor, pois quase toda a sua obra tem resultado dos estudos que empreende em função do magistério. Essa vocação para a cátedra imprime aos seus trabalhos um cunho característico, onde a clareza da exposição se alia à distribuição da matéria numa ordem lógica e harmoniosa. Ainda em consequência dos hábitos pedagógicos, costuma encerrar os capítulos de seus livros, como ocorre no *Direito Administrativo Moderno*, com o enunciado de questões ou teses que se destinam a estimular a imaginação e o raciocínio do leitor (isto é, do aluno...). Não é, além disso, um espírito soterrado sob idéias formadas anteriormente,

pois está sempre disposto a rever e ajustar os seus conceitos à medida que enriquece o seu acervo de observações.

O livro de que tratamos é, em suma, uma obra útil, que aborda, em capítulos curtos e agradáveis, problemas importantes do direito administrativo. Os vinte e sete capítulos, em que se divide, têm os seguintes títulos: Sociologia jurídica e teoria do estado; O ordenamento jurídico; O poder estatal; Haxinomia das regras jurídicas; Governo e administração; Estrutura do Estado Nacional; Organização constitucional do Brasil; Descentralização territorial; Descentralização institucional: administração delegada; Do poder executivo; Conselhos técnicos; Departamento Administrativo do Serviço Público; Legislação delegada; Atos administrativos; Contratos administrativos; Empréstimos públicos; Ministros de Estado; Da função legislativa; Do poder judiciário; Justiça do Trabalho; Assistência e previdência social; Dos serviços públicos; Concessão de serviços públicos; Dos funcionários públicos — Regime estatutário; Extranumerário — Funcionários de direito e de fato; Classes e cargos públicos; Os serviços públicos e a guerra.

Vitor Nunes Leal

REVISTA DE REVISTAS

Revista do Serviço Público — D.F., Ano VIII, vol. II, n.º 1, abril 1945 — “O aperfeiçoamento dos servidores públicos” (editorial) — “Aspectos da administração de pessoal na cidade de Nova York”, FIORELLA H. LA GUARDIA. “O problema das atribuições de governadores e prefeitos territoriais”, OCÉLIO DE MEDEIROS. “Os princípios orçamentários da unidade e universalidade”, EDWALDO REIS DA SILVA. “Revisão do regime de previdência dos servidores do Estado”, JOSÉ AUGUSTO SEABRA. “Organização e administração dos Territórios Federais”, J. M. DOS SANTOS ARAÚJO CAVALCANTI. “Balanços econômicos”, RICHARD LEWINSOHN. “O imposto de renda nos E.E. U.U. (II)”, BENEDITO SILVA. “O Estado contemporâneo”, BYRON T. DE FREITAS. “Recrutamento e mercado de trabalho (II)”, TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO LOPES. “Tecnologia de produtos florestais”, ADALBERTO MÁRIO RIBEIRO. “Validade dos atos praticados por funcionários de fato”, LUÍS GALLOTTI. “Concessão de serviço público — Imunidade Tributária — Serviço de Esgotos do Distrito Federal”, ROMÃO CÔRTEZ DE LACERDA. “Carreiras especializadas — Nomeação e promoção de agrônomos — Revisão de classificação por conclusão de cursos”, CARLOS MEDEIROS SILVA. “Jurisprudência dos Tribunais” Administração de pessoal — Aperfeiçoamento — Seleção. Notas. Bibliografia.

Revista do Serviço Público — D.F., Ano VIII, vol. II, n.º 2, maio 1945. — “O orçamento executivo” (editorial); “Seleção do pessoal público na Inglaterra”, ESTANISLAU FISCHLOWITZ. “A conquista do orçamento”, ANTÔNIO BARSANTE DOS SANTOS. “Fronteiras políticas da centralização administrativa”, J. SALDANHA DA GAMA E SILVA. “A balança de pagamentos”, RICHARD LEWINSOHN. “A regulamentação dos serviços de utilidade pública no Brasil”, FRANCISCO BURKINSKI. “Planejamento em larga escala — Uma ilustração: a T.V.A.”, LUTHER GULICK. “Princípios da emergente ciência da administração democrática”, HUGH M. SHAFER. “O imposto de renda nos E.E. U.U. (III)”, BENEDITO SILVA. “Recrutamento e mercado de trabalho (III)”, TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO LOPES. “O Conselho Federal de Comércio Exterior”, ADALBERTO MÁRIO RIBEIRO. “Despesas e auxílio de funeral”,

HÍSIO FERNANDES PINHEIRO. "Abono familiar — Beneficiário — Guarda de menores", OSCAR SARAIVA. Jurisprudência dos Tribunais. Administração de pessoal — Aperfeiçoamento. Notas. Bibliografia.

Revista do Serviço Público — D.F., Ano VIII, vol. II, n.º 3, junho 1945. — "O Presidente Roosevelt e o Serviço Civil" (editorial); "Henri Fayol e a Ciência da Administração", LUÍS SIMÕES LOPES, ALFREDO NASSER, BEATRIZ DE SOUSA WAHLICH, ANÍBAL MAYA, BENEDITO SILVA, CÉSAR CANTANHEDE. "A localização da Universidade do Brasil", L. H. HORTA BARBOSA. "O Estado e os cartéis", RICHARD LEWINSOHN. "A readaptação ao trabalho dos tuberculosos curados", ANÍBAL NOGUEIRA JR. "Administração de pessoal", TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO LOPES. "A preferência pelos veteranos na conjuntura atual", L. G. RAMOS RIBEIRO. "Os Territórios e os Municípios", OTO PRAZERES. "O centenário do Barão do Rio Branco", ADALBERTO MÁRIO RIBEIRO. "Direito de minas", FRANCISCO BURKINSKI. "Processos administrativos — Certidões requisitadas pelas autoridades judiciárias", A. GONÇALVES DE OLIVEIRA. Jurisprudência dos Tribunais. Taylorismo e Administração Pública. Administração de Pessoal. Seleção. Notas. Bibliografia.

Arquivos do Departamento Federal de Segurança Pública — D.F., Ano I, n.º 2, Março-abril 1945. — "A reforma da Polícia Civil do Distrito Federal", CÂNDIDO ALVARO DE GOUVÊA. "O valor do testemunho", NELSON HUNGRIA. "O sossego e o art. 554 do Código Civil", ANTÔNIO GALLOTTI. "O medo como causa inibitória de reação ou como fator de reação exagerada", ALBERTO TORNAGHI. "A posse ilegítima das coisas alheias", ALARICO DE FREITAS. "Conceito de *proprio uso* em economia popular", LÍRIO COELHO. "Delinquência juvenil", FRÉSCOLO MACHADO. "Toxicomania", PÉRICLES MACHADO CASTRO. "Aspectos gerais do problema migratório", ISAÍAS DE AQUINO. "A polícia de amanhã", SÍLVIO TERRA. "Subsídios dos trabalhos médico-legais à profilaxia social", TALES DE OLIVEIRA DIAS. "A psiquê dos tatuados", NUNO LISBOA. "Alguns aspectos da medicina-legal na aviação", BOURGUY DE MENDONÇA. "A aplicação da análise por gotas aos problemas da polícia técnica", EUGÊNIO LAPAGESSE. "Criptotecnia", OSVALDO AURELIANO WALSH. Legislação, Jurisprudência e atos administrativos.

Direito — D.F., Ano VI, janeiro-fevereiro, vol. XXXI — "Traição e espionagem", CARVALHO MOURÃO. "A apelação por injustiça da decisão", OLAVO OLIVEIRA. "Crime de homicídio no novo Código Penal", ROBERTO LIRA. "Os crimes contra as marcas de indústria e comércio", RAUL FLORIANO. "O regime de aposentadorias e a previdência social", A. B. BUYS DE BARROS. "Direito e Estado", ALCÂNTARA NOGUEIRA. Sentenças, razões e pareceres — Legislação, notas e fatos — Bibliografia — Jurisprudência — Ementários e índices.

Revista de Direito Elétrico — D.F., vol. I, Ano de 1944. — "A indústria da eletricidade no Brasil", "A eletricidade e o seu Direito", "O Direito na "ordem social" e a eletricidade como "coisa móvel", ADAMASTOR LIMA. "A 2.ª revolução industrial e a eletricidade", DJACIR MENESES. "Concessão de serviços públicos y sus tarifas", ANGEL PEDRO MAURINO. "Ações preferenciais e debêntures são inconfundíveis", LUCIANO PEREIRA DA SILVA. "Furto de eletricidade", FERNANDO MENDONÇA. Legislação. Ementário de Jurisprudência. Noticiário.

Revista dos Tribunais — Bahia, vol. 36, n.º 5, março-abril de 1945. — "Oração", DES. OSCAR DANTAS. "Lesão enorme", NELSON PINTO. "O direito e os torticeiros", ABÍLIO DE CARVALHO. Jurisprudência. Legislação. Notas informações.